

Conteúdo programático de prática processual - 10º semestre**1. Prática Processual – direito do consumidor****1.1. Atividade a ser desenvolvida (manuscrita)**

A “IBB, Indústria de Bolachas e Biscoitos”, voltada para o segmento do público infantil, aproveitando-se de sucesso da série “The Umbrella Academy”, lançou campanha publicitária pela qual as crianças, apresentando sete embalagens da bolacha recheada BFF de fabricação exclusiva da IBG e mais o pagamento de R\$ 10,00 (dez reais), receberiam como brinde uma miniatura da figura de um dos 7 personagens da série. A propaganda estimulava também as crianças a possuírem cada uma das 7 (sete) miniaturas diferentes, para formar a coleção em questão.

O Ministério Público com base no art. 81 do CDC ingressou com ação civil pública em face da “IBB”, visando coibir dita campanha, ao fundamento de se tratar de propaganda enganosa e abusiva, (art. 37, § 2º do CDC) além de se constituir venda casada, (art. 39, I, do CDC) buscando a condenação da empresa em danos morais coletivos.

Citada, “IBB” apresenta questão preliminar, sustentando que o público alvo da campanha (as crianças) não poderia ser entendido e enquadrado na condição de consumidor, por faltar àquelas poder aquisitivo próprio para a compra das bolachas e o pagamento do valor adicional cobrado, bem como e em especial diante da menoridade das mesmas pelo viés da validade dos contratos. Requeria então a extinção do feito sem apreciação do mérito, por inaplicável a lei 8.078/90 ao caso em debate.

Pergunta-se: Do ponto de vista de direito do consumidor, e considerando os termos da defesa, haverá aqui, relação de consumo ou não? Justifique sua resposta com no mínimo 1 página.

2. Prática - Direitos Humanos e Direitos Difusos**2.1. Atividade a ser desenvolvida (manuscrita)**

- trabalho manuscrito , em 1 lauda de 25 linhas: ler no site do CNJ (endereço abaixo) sobre Tratados Internacional de Direitos Humanos, em especial o item relativo à violência de gênero e elaborar um resumo, com suas palavras, explicando a posição do CNJ quanto ao tema.

<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2016/09/769f84bb4f9230f283050b7673aeb063.pdf>

ou

- trabalho manuscrito, em 1 lauda de 25 linhas: ler no site do STF (endereço abaixo) e fazer um resumo, em especial dos itens 7 e 8, apresentando a posição do ministro da corte, com relação ao tema de direitos humanos.

<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/Pet7848decisao.pdf>

3. Prática Processual – processo penal -

3.1. Atividade a ser desenvolvida (manuscrita)

Pedro é filho de Ana, empregada que trabalha na residência da família Pereira. Ao tomar conhecimento, por meio de sua mãe, que os donos da residência estariam viajando para comemorar a virada de ano, vai até o local e subtrai o veículo automotor dos patrões de sua genitora, pois queria fazer um passeio com sua namorada. Desde o início, contudo, pretende apenas utilizar o carro para fazer um passeio pelo quarteirão e, depois, após encher o tanque de gasolina novamente, devolvê-lo no mesmo local de onde o subtraiu, evitando ser descoberto pelos proprietários. Ocorre que, quando foi concluir seu plano, já na entrada da garagem para devolver o automóvel no mesmo lugar em que o havia subtraído, foi surpreendido por policiais militares, que, sem ingressar na residência, perguntaram sobre a propriedade do bem. Ao analisarem as câmeras de segurança da residência, fornecidas pelo próprio Pedro, perceberam os agentes da lei que ele havia retirado o carro sem autorização do verdadeiro proprietário. Foi, então, Pedro denunciado pela prática do crime de furto simples. A denúncia foi recebida pelo juízo competente, qual seja da 1ª Vara Criminal da Comarca de Suzano. Os fatos acima descritos são integralmente confirmados durante a instrução, sendo certo que Pedro respondeu ao processo em liberdade. Foram ouvidos os policiais militares como testemunhas de acusação, e o acusado foi interrogado, confessando que, de fato, utilizou o veículo sem autorização, mas que sua intenção era devolvê-lo, tanto que foi preso quando ingressava na garagem dos proprietários do automóvel. Após toda a produção de provas o Ministério Público, em

sua manifestação derradeira, requereu a condenação nos termos da denúncia. Advogado de Pedro foi intimado para apresentar defesa.

4. Ética

4.1. Assistir a 01 (uma) **Sessão do Tribunal de Ética**, com cópia do termo de decisão se houver. (OBS. Alunos que já cursaram semestres anteriores na FAM devem ter este termo de decisão guardado de semestre anterior)

Ou

para os alunos que não assistiram anteriormente a **Sessão do Tribunal de Ética**:

- ⇒ **Dia 26/03/2021 as 19hs → live promovida pela Prof. Ana Vastag , pelo seu instagran com Dr. Antônio Ricardo Miranda Junior, secretário geral da CAASP, que tratará sobre questões relativas ao Tribunal de Ética da OAB.**

5. Estágio 40 horas

✓ Estágio no Núcleo de Prática Jurídica, mediante preenchimento de relatório, Termo de Compromisso de Estágio ou declaração de estágio, com firma reconhecida, de Advogado militante (de preferência em escritório credenciado pela Ordem dos Advogados do Brasil).

Ou

✓ **Alternativa para os alunos que não podem cumprir 40 horas.**

O aluno deverá responder as 3 questões/problemas abaixo de acordo com o solicitado em cada uma delas.

1) Jaime é dono de duas propriedades rurais no município onde reside: a Chácara Santa Paulina e a Fazenda das Carolinas. A Chácara Santa Paulina é uma pequena propriedade, assim definida em lei, improdutiva e que serve de lazer a Jaime e sua família, enquanto a Fazenda das Carolinas é uma grande propriedade que cumpre sua função social, na qual se cultiva café e milho. Em conformidade com a Constituição Federal de 1988, o Estado determinou a desapropriação para fins de reforma agrária, uma de suas propriedades. **Elabore a petição inicial da ação de desapropriação indicando corretamente qual a área será suscetível de desapropriação.**

2) Leia ao problema apresentado, escolha uma alternativa e justifique a sua escolha com um artigo do Estatuto da Advocacia e da OAB, de forma dissertativa.

O advogado João, conselheiro em certo Conselho Seccional da OAB, foi condenado, pelo cometimento de crime de tráfico de influência, a uma pena privativa de liberdade. João respondeu ao processo todo em liberdade, apenas tendo sido decretada a prisão após o trânsito em julgado da sentença condenatória. Quanto aos direitos de João, considerando o disposto no Estatuto da Advocacia e da OAB, assinale a afirmativa correta.

- a) João tem direito à prisão domiciliar em razão de suas atividades profissionais, ou à prisão em sala de Estado Maior, durante todo o cumprimento da pena que se inicia, a critério do juiz competente.
- b) João tem direito a ser preso em sala de Estado Maior durante o cumprimento integral da pena que se inicia. Apenas na falta desta, em razão de suas atividades profissionais, terá direito à prisão domiciliar.
- c) João não tem direito a ser preso em sala de Estado Maior em nenhum momento do cumprimento da pena que se inicia, nem terá direito, em decorrência de suas atividades profissionais, à prisão domiciliar.
- d) João tem direito a ser preso em sala de Estado Maior apenas durante o transcurso de seu mandato como conselheiro, mas não terá direito, em decorrência de suas atividades profissionais, à prisão domiciliar.

3) Lei ao problema apresentado, escolha uma alternativa e justifique a sua escolha com um artigo do Estatuto da Advocacia e da OAB, de forma dissertativa.

O advogado Geraldo foi regularmente constituído por certo cliente para defendê-lo em um processo judicial no qual esse cliente é réu. Geraldo ofereceu contestação, e o processo segue atualmente seu trâmite regular, não tendo sido, por ora, designada audiência de instrução e julgamento. Todavia, por razões insuperáveis que o impedem de continuar exercendo o mandato, Geraldo resolve renunciar. Em 12/02/2019, Geraldo fez a notificação válida da renúncia. Três dias depois da notificação, o mandante constituiu novo advogado, substituindo-o. Todo o ocorrido foi informado nos autos.

Considerando o caso narrado, de acordo com o Estatuto da Advocacia e da OAB, assinale a afirmativa correta.

- a) Geraldo continuará a representar o mandante durante os dez dias seguintes à notificação da renúncia
- b) O dever de Geraldo de representar o mandante cessa diante da substituição do advogado, independentemente do decurso de prazo.
- c) Geraldo continuará a representar o mandante até que seja proferida e publicada sentença nos autos, ainda que recorrível.
- d) Geraldo continuará a representar o mandante até o término da audiência de instrução e julgamento.